

Estrito cumprimento de dever legal

Exclusão de ilicitude

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Estrito cumprimento de dever legal

- **Atuação dentro dos parâmetros e determinações legais.**
- **Determinação prevista em lei** - Lei deve ser compreendida em sentido genérico. Ou seja, o dever legal pode ser oriundo da Constituição Federal, de lei ordinária, complementar, decretos, regulamentos e, até, decisões judiciais.
- **Somente agentes públicos podem invocar o estrito cumprimento do dever legal?**

Bombeiro/policial que dirija a viatura com excesso de velocidade para salvar a vida de alguém, mas, no caminho, atropela pedestre vindo a mata-lo. Esta situação encontra-se acobertada pelo estrito cumprimento do dever legal?

- Não, pois a lei não impõe que o agente aja com imprudência, negligência ou imperícia. O estrito cumprimento do dever legal é incompatível com o crime culposos.

Deve, então, o agente público ser responsabilizado por homicídio culposos na direção de veículo automotor?

- Não, uma vez que o policial/bombeiro agia em razão do estado de necessidade de terceiro ou legítima defesa de terceiro.

Policial que troca tiros com um assaltante e vem a mata-lo está acobertado pelo estrito cumprimento do dever legal?

- Não, pois a lei não impõe que o agente mate qualquer pessoa. Por outro lado, este policial estará acobertado pela legítima defesa, uma vez que estava se defendendo de um agressão injusta atual.

Exercício regular de direito

Exclusão de ilicitude

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Principal distinção entre o exercício regular de direito e o estrito cumprimento de dever legal

Exercício regular de direito	Estrito cumprimento de dever legal
A ação é permitida por lei, logo, facultativa.	A ação é determinada por lei, logo, compulsória.

Exercício regular de direito

- Exemplos comuns utilizados pela doutrina e que aparecem com frequência nas provas:
 1. Prisão em flagrante por alguém do povo (art. 301, CPP – “Qualquer do povo poderá...”)
 2. Esportes em que há contato físico
 3. Esportes em que a intenção é lesionar o oponente

Exercício regular de direito

Intervenções médicas ou cirúrgicas configuram exercício regular de direito?

- Cirurgia plástica e outros procedimentos dispensáveis
 - Caracteriza o exercício regular do direito, desde que haja consentimento do paciente.
- Iminente perigo de vida
 - O médico estará acobertado pelo estado de necessidade e pelo estrito cumprimento do dever legal.

Ofendículas (ofendículos ou ofensáculos)

- Equipamentos e objetos previamente utilizados para defesa do patrimônio (cerca elétrica, cacos de vidro sobre o muro, pontas de lanças em portões)
- Esses meios de defesa somente serão utilizados em face de uma eventual agressão.
- Devem ser visíveis – propósito de advertência
- Se for oculto, pode acarretar a responsabilização pelo resultado

Qual a natureza jurídica das ofendículas?

1. Exercício regular de direito
2. Legítima defesa preordenada
3. Trata-se de exercício regular de direito enquanto não forem acionadas. Todavia, se vierem a ser acionadas, configura legítima defesa preordenada.

1) (FGV - 2023 - TJ-SE - Técnico Judiciário - Especialidade - Área Administrativa – Judiciária) João e Guilherme, lutadores profissionais de boxe, disputaram a final do torneio mais importante do esporte em âmbito nacional. No último *round* da luta, João desviou de um golpe de seu oponente e, ato contínuo, desferiu um soco no rosto de Guilherme, que resultou na abertura do supercílio direito deste, ensejando forte sangramento. Nesse cenário, João não praticou qualquer crime, pois atuou sob o manto do(a):

- a) inexigibilidade de conduta diversa, excludente de culpabilidade;
- b) estrito cumprimento de um dever legal, excludente de ilicitude;
- c) exercício regular de um direito, excludente de ilicitude;
- d) estado de necessidade, excludente de culpabilidade;
- e) legítima defesa, excludente de ilicitude.

2) (CESPE - 2018 - STJ - Analista Judiciário - Oficial de Justiça) A respeito da culpabilidade, da ilicitude e de suas excludentes, julgue o item que se segue.

Situação hipotética: Um policial, ao cumprir um mandado de condução coercitiva expedido pela autoridade judiciária competente, submeteu, embora temporariamente, um cidadão a situação de privação de liberdade. Assertiva: Nessa circunstância, a conduta do policial está abarcada por uma excludente de ilicitude representada pelo exercício regular de direito.

3) (CESPE - 2017 – TRF1 - Analista Judiciário - Oficial de Justiça) Acerca da antijuridicidade e das causas de exclusão no direito penal, julgue o item subsequente.

O oficial de justiça encontra-se em exercício regular de direito ao cumprir mandado de reintegração de posse de bem imóvel de propriedade de banco público, com ordem de arrombamento, desocupação e imissão de posse.

4) (IADES - 2023 - POLÍCIA CIENTÍFICA - GO - Perito Criminal) O agente policial, ao submeter o preso aos procedimentos estabelecidos em lei, como, por exemplo, à identificação datiloscópica, quando autorizada, ao reconhecimento de pessoas e de coisas durante a elaboração do inquérito policial, e também no cumprimento de um mandado de prisão, atua amparado pela excludente de ilicitude denominada

- a) exercício regular de direito.
- b) estrito cumprimento do dever legal.
- c) legítima defesa.
- d) consentimento do ofendido.
- e) estado de necessidade.

5) (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TC-DF - Auditor de Controle Externo)

Segundo a classificação doutrinária dominante, os ofendículos, desde que instalados com moderação, caracterizam situação de exclusão de antijuridicidade.

6) (CESPE / CEBRASPE - 2023 - TJ-ES - Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade: Direito)

Admite-se a excludente de antijuridicidade do estrito cumprimento de dever legal nos crimes culposos.

7) (INSTITUTO AOCP - 2022 - MPE-MS - Promotor de Justiça) Considerando as excludentes do crime no Direito Penal Brasileiro, é correto afirmar que

- a) o estado de necessidade, ao contrário da legítima defesa, não permite a configuração do excesso.
- b) são excludentes de ilicitude admitidas pelo Direito Penal Brasileiro e expressamente previstas no artigo 23 do Código Penal: o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento de dever legal, o consentimento do ofendido e o exercício regular de direito.
- c) o princípio da insignificância, por entender que o crime não possui relevância penal, constitui uma causa de exclusão da culpabilidade.
- d) enquanto o estrito cumprimento do dever legal tem natureza compulsória, o exercício regular do direito tem natureza facultativa.
- e) é admitida a ocorrência de legítima defesa real contra legítima defesa putativa e de legítima defesa real contra legítima defesa real.